

Termelétricas atraem mais que hidrelétricas

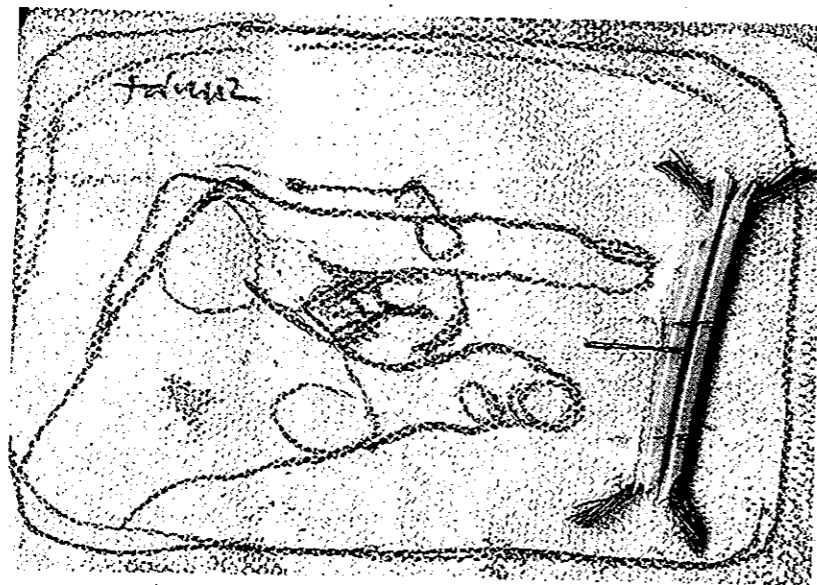
A preferência por pequenas usinas é motivada pelo custo mais baixo e menor impacto ambiental

Suzi Gasparini
de São Paulo*

Com o cenário de desestatização do setor de energia elétrica, o número de projetos de usinas hidrelétricas que envolvem elevado custo nos quesitos impacto ambiental e remoção de famílias, e que incluem alto risco de construção deverá diminuir drasticamente. Até agora, esses custos e riscos estavam por conta do Estado. O setor privado, por sua vez, tende a ser bem mais cauteloso na avaliação de projetos custeados com seus próprios recursos. Por isso, especialistas do setor de energia acreditam que, nos próximos anos, deverão ser construídas usinas mais baratas e de rápida conclusão.

No Brasil, dos 119 projetos de usinas geradoras do plano decenal da Centrais Elétricas Brasileiras (Eletrobrás), a grande maioria (98 usinas) é de hidrelétricas. Mas, nesse novo cenário o número de termelétricas deve crescer.

Para o gerente do segmento de energia da Price Waterhouse, Paulo Cesar Dal Fabbro, projetos caros e que envolvem alto risco estão totalmente descartados porque a iniciativa



privada não terá como obter financiamento. "Apesar de o Brasil dominar técnicas de construção de hidrelétrica, o financiamento de uma termelétrica é muito mais fácil porque o seu retorno é mais rápido. Uma termelétrica entra em funcionamento em dois anos, já uma hidrelétrica demora pelo menos cinco", disse Fabbro.

Na avaliação do vice-presidente da

Denerge Desenvolvimento Energético S.A, João Carlos Relá, projetos polêmicos como, por exemplo, o da construção da hidrelétrica de Itaparica, no Rio São Francisco, estariam totalmente descartados pela iniciativa privada. Para construir a hidrelétrica de Itaparica, a Companhia Hidro Elétrica do São Francisco (Chesf) teve que submergir quatro municípios que

ficaram às margens do Rio São Francisco. Com isso, foram desalojadas cerca de 4 mil famílias na zona urbana e outras 6 mil na zona rural. A Chesf já consumiu cerca de US\$ 1,5 bilhão para realocar essas famílias e desenvolver projetos de irrigação. Além disso, a hidrelétrica custou US\$ 3,7 bilhões, quase o dobro do previsto no projeto original.

Esses altos custos não são próprios do Brasil. Inundar grandes áreas habitadas custa muito dinheiro em qualquer parte do mundo. Para a construção da usina Três Gargantes, na China, cerca de 50% do custo do empreendimento — que está orçado em US\$ 1 bilhão — será usado com a remoção de famílias e medidas para suavizar o impacto ambiental. Essa usina será a maior do mundo em potência instalada, serão 18,2 mil megawatts. Ela deverá estar totalmente concluída somente em 2009.

Na avaliação do diretor do Comitê de Grandes Barragens e engenheiro da diretoria técnica da Itaipu Binacional, José Renato Taborda Rivas, a participação mais ativa do setor privado no setor energético trará uma vantagem adicional. Deverá diminuir o

número de obras paradas devido a problemas de fluxo de caixa. "Isso é importante porque uma construção parada tem um alto custo operacional, que encarece o custo final da obra. A reestruturação do setor, principalmente nesse aspecto, representa um avanço para o País, pois os projetos deverão ser desenvolvidos em um período menor de tempo e consequentemente com menos recursos", disse Rivas.

A primeira grande usina hidrelétrica brasileira que será construída totalmente pela iniciativa privada é a de Lajeado, no Rio Tocantins. A usina será construída pelo consórcio que envolve a Vale Paranapanema (30,69%), a Companhia de Energia Elétrica do Estado do Tocantins (9,9%) — as duas pertencem ao Grupo Rede —, a Companhia de Eletricidade de Brasília (19,8%), a Eletricidade de Portugal (24,75%), a Companhia Paulista de Energia Elétrica (13,86%) e a Investco (1%). A usina de 950 MW está orçada em R\$ 1,3 bilhão e deverá ficar pronta em 2002.

Segundo Relá, da Denerge — que têm o Grupo Rede —, o perfil do terreno onde será construída a hidrelétrica, é muito bom, e não deverá ser

necessária a realocação de famílias. "Isso facilita muito a aquisição de financiamento", disse. O consórcio está negociando financiamento junto ao Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social.

* Panorama Setorial

6-8-97
7/6/2018
Suzi Gasparini